

DESATANDO OS NÓS DA SEXUALIDADE FEMININA: ESTUDO DE CASO DOS AUTOS DE DEFLORAMENTO DE MARIA LÚCIA E SEVERIANA

Aydina Ribeiro da Silva*

Resumo: *Este artigo visa uma análise de temáticas de gênero através da análise dos autos de defloramentos de Maria Lucia pertencente ao Arquivo Público de Santo Amaro e o de Severiana disponível para consulta no CEDOC- Centro de Documentação da UEFS. Ambos fazem parte do Projeto de Pesquisa “Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”, o qual tem como proposta principal a preservação dos manuscritos do início do século XX. O trabalho principal centra-se na Edição semidiplomática dos manuscritos, priorizando sua conservação.*

PALAVRAS-CHAVE: Defloramento; Mulher; Gênero.

INTRODUÇÃO

Em 1930 uma revista francesa suscita os historiadores a repensar o fazer histórico, refletir os métodos positivistas dominantes, até então, os quais provocavam um aprisionamento de conceitos e de fontes. A revista dos Annales surge com uma proposta de romper parâmetros estabelecidos para a construção do saber histórico, demonstrando que os grandes homens já não podem mais ser considerados como únicas referências, pois o cotidiano quando bem investigado pode transformar-se em fontes riquíssimas.

Segundo Marx, “os homens fazem a história, mas não a fazem como querem” (1974, 335), por isso as análises historiográficas não abandonaram completamente as fontes utilizadas no positivismo, apenas há uma mudança na metodologia e uma abrangência de objetos de estudo, pois

o passado pressiona para ser visto e revisto, exige novas explicações e nos impõe visitar os arquivos e passar a História a limpo. Como se, num misto de decepção e indignação, precisássemos desfazer os fios da memória e mostrar como e por que foram arbitrariamente trançados (RAGO, 1995/1996, 15).

O arquivo é um aliado inestimável a quem se propõe a fazer história, pois é

...em meio à poeira, à umidade, à sujeira, um velho maço de inventários, de processos criminais ou de processos cíveis, testemunhando sua antiguidade e seu abandono, constitui-se em uma caixa de surpresas, pois representa um poço

* Graduanda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS. Bolsista CNPq do projeto de Pesquisa “Estudo histórico, filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX”. E-mail: dynaribeiro@yahoo.com.br – Autor. Orientadora: Prof^ª.Dr^ª. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz – UEFS, coordenadora do Grupo de Edição de Textos – GET (CNPq).

de informações, contribuindo tanto como fonte de valor quantitativo como para a reconstrução social (QUEIROZ, 2006, 46).

A investigação das fontes em seu estado primário é um dos ofícios primorosos desenvolvidos pelo historiador, que pode contar com a ajuda de outras ciências, dentre elas está a filologia. Que nesta pesquisa desenvolve a sua atividade mais nobre, a edição de textos.

O exercício de estar em meio a um ambiente empoeirado, como ressaltou Queiroz, faz com que o filólogo/historiador compreenda a importância dessa “aliança” intelectual a qual dividem a preocupação de preservar o patrimônio documental e a memória baiana do início do século XX. Esta é uma das propostas do Projeto de Pesquisa “*Estudo histórico-filológico e artístico de documentos manuscritos baianos dos séculos XVIII ao XX*” desenvolvido pela Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz na Universidade Estadual de Feira de Santana, a socialização do conhecimento.

A pesquisa aqui em questão visa à análise de vivências femininas através dos processos crimes, mais especificamente autos de defloramentos, onde as relações cotidianas serão revisitadas, tendo como objetivo a reconstituição de fatos vivenciados na Bahia do século XX. Analisando os processos de Maria Lucia e Severiana, podemos perceber a posição social ocupada pela mulher pertencente a uma classe social de baixo poder aquisitivo, “a subestimação da capacidade feminina, formando uma espécie de divisão social na qual os homens ficam responsáveis por desenvolver as funções públicas e as mulheres ocupam os cargos privados” (ANGELI, 2004, 243). Os principais responsáveis por difundir esse pensamento moralista muito presente no início da República no Brasil foram os médicos, que contavam também com educadores, religiosos, dentre outros membros da sociedade.

Os médicos tiveram um papel bastante grande na redefinição dos códigos da sexualidade feminina, ao buscar na própria anatomia do corpo da mulher os limites físicos, intelectuais e morais à sua integração na esfera pública. Esforçaram-se para definir a especificidade do corpo feminino em relação ao masculino, acentuando seus principais traços: fraqueza e predestinação à maternidade (RAGO, 2001, 8).

O processo de modernização na transição do início do período republicano no Brasil provocou uma efervescência na difusão de preceitos morais para manter a obediência da mulher aos valores cristãos e a um comportamento recatado.

MORALIDADE E EDUCAÇÃO NA BAHIA REPUBLICANA

A Bahia no início do século XX acompanha o processo de modernização das cidades, no qual havia uma preocupação em organizar as ruas, construir estradas, linhas de trem, para que houvesse uma comunicação maior entre os municípios. Porém, essas mudanças não ficam restritas ao âmbito público, o interior das casas passa a receber uma maior atenção, pois as famílias precisam apresentar uma estrutura mais sólida seguindo os parâmetros positivistas de Augusto Comte. Esse torna-se um aparato ideológico de moralização da sociedade baiana.

Esta sociedade “civilizada à moda européia” carecia de inovações em seus padrões de comportamento e encontrou no Positivismo de Augusto Comte o discurso ideal para a aceitação das representações simbólicas da nova ordem e

fez dos positivistas os principais manipuladores de símbolos da República. (CARVALHO, 1990, apud CALEIRO, 2002)

As mulheres foram as mais “vigiadas” pelos moralistas, “talvez por ser a mulher sempre considerada a ‘pecadora’ da história” (ANGELI, 2004, 244). O comportamento feminino foi julgado a todo o momento, por isso foi investido na sua educação um cuidado de lembrá-las a sua posição e deveres na sociedade. Coube aos médicos em especial fazer essa conscientização do papel social da mulher contrapondo as funções atribuídas aos homens.

...Em outras palavras, o papel da medicina foi o de produzir uma ‘ortopedia’ quanto ao masculino e ao feminino, colaborando na reprodução e manutenção dos aspectos positivistas-funcionalistas que a ordenação social exigia em determinados contextos e épocas. (ANGELI, 2004, 244)

Segundo Vera Regina Beltrão “[...] a escola foi o centro irradiador de práticas higiênicas moralizadoras e “disciplinares” atuando como o mecanismo de controle direto sobre as várias esferas da vida social” (Apud BARREIROS, 1997, 77). Essa instituição passou a ser grande divulgadora dos dispositivos de manutenção da ordem e do progresso da sociedade, principalmente no que concernia à sexualidade feminina, mas é importante ressaltar que apenas as mulheres pertencentes à elite tinham acesso a escola.

A modernização era uma política bastante presente na Primeira República no Brasil, médicos, educadores, intelectuais da elite baiana propagavam a importância da inclusão da população nessa conjuntura. E uma das formas apresentadas para que isso acontecesse era a supervalorização da educação, essa seria o sinônimo de progresso (BARREIROS, 1997, 73-6).

Aquelas que pertenciam a classes mais desfavorecidas também eram exigidas para se portarem de modo recatado. Porém esse controle não conseguia ser aplicado de forma eficaz em alguns casos, como o de empregadas domésticas, pois “a necessidade de trabalhar deixava-as logo cedo fora do alcance da vigilância e controle familiar dificultando, assim, a imposição de hábitos como o “recato”, tão caros às mulheres burguesas” (SANCHES, 1998, 128).

Essa dificuldade parece ter acontecido com o pai de Severiana, pelo fato da mesma morar na casa em que trabalhava, quanto, a Maria Lucia, isso aparentemente não aconteceu. E para comprovar o seu recato as testemunhas, Manoel Vicente dos Santos e José Francisco de Alcantara depuseram e garantiram que a mesma só saía para visitar a sua madrinha a qual morava na mesma rua, atestando assim que essa não era vista sozinha nas ruas como acontecia com a maioria das mulheres que exerciam essa profissão.

[...] Perguntado se sabe que a / menor Maria Lucia era recatada ou se era continuamente encontrada pelas ruas? / Respondeu que Maria Lucia era recatada, / vivendo em casa de sua mãe d’onde só sa-/hia para visitar sua madrinha. [f.10 v].

[...] Perguntado se sabe que a menor Maria Lu-/cia vivia em recato em casa de sua mãe ou se/ sozinha vagava pelas Ruas? Respondeu que/ Maria Lucia vivia em recato em casa de sua/ mãe d’onde apenas sahia para a casa de sua/ madrinha no Trapiche de Baixo. [f.13r]

Esses processos são fontes riquíssimas para o estudo das questões de gênero, demonstrando como a sociedade patriarcalista da Bahia era influenciada pelo imaginário popular de valorização da masculinidade, construindo uma imagem deturpada e submissa da mulher. Segundo Angeli os papéis femininos e masculinos estavam definidos da seguinte forma,

Às mulheres ficaria o cuidado com a saúde e o bem estar da família, condenando-se o trabalho extradoméstico e as práticas abortivas. Os médicos destacavam a conexão entre o útero e o sistema nervoso central, de modo que as atividades intelectuais femininas poderiam gerar crianças doentes e mal-formadas. Assim, aos homens se reservava a esfera pública, ficando sob sua responsabilidade o desenvolvimento da civilização urbana, através de sua agressividade e inteligência (ANGELI, 2004, 243).

MARIA LUCIA E SEVERIANA, ALGO EM COMUM?

“De um simples crime de defloração revela-se o mundo da ordem moral”
(ESTEVES, 1989, 66).

Em 1904 na cidade de Feira de Santana o Senhor Ângelo Marcellino de Oliveira procura a polícia para prestar queixa a respeito do defloro de sua filha, a menor de quatorze anos, Severiana Eugenia de Oliveira. Essa trabalhava na casa de Jose Martins de Araújo e foi deflorada por Petronillo Abade de Lima. No ano subsequente, na cidade de Santo Amaro, Maria Ubaldina da Conceição também procura o juiz preparador com o mesmo fim, sua filha Maria Lucia dos Santos com onze anos de idade, havia sido deflorada por Manoel Sabino Ferreira, seu vizinho e patrão. Esse aproveitou a festa de São João para consumir o que já estava imaginando a alguns dias.

Essas meninas, apesar de morarem em cidades diferentes, apresentam algumas semelhanças em suas histórias, além do fato de terem sido desvirginadas. Elas pertenciam a mesma classe social, eram empregadas domésticas, comum no período. Segundo Maria Aparecida “encontrar emprego como doméstica era relativamente fácil. Não faltavam famílias que pudessem delegar todo o serviço de manutenção de suas residências [...]” (1998, 37). Exercer essa profissão não era tão fácil como se poderia pensar, essas garotas terminavam anulando-se como mulher e membro da sociedade, viviam exclusivamente para os afazeres domésticos e eram alvo de preconceito, violência dentre outras, além das péssimas condições de trabalho.

Outro fator muito importante era a relação patrões-empregadas, a maioria não conseguia um relacionamento paternal como era proposto por alguns republicanos, encontravam patroas que as agrediam fisicamente, ocasionado a chamada violência intra-gênero. Além disso, muitos patrões aproveitam o poder que a sociedade lhe concedia juntamente com algumas promessas de um futuro melhor, convenciam as meninas a terem relacionamentos sexuais. Porém em alguns casos essas relações poderiam acontecer sem nenhuma negociação ou consentimento, o que pode ser considerado uma violência. A violência sexual cometida por muitos patrões no início da república ainda é uma discussão atual, mostrando que a mentalidade falocêntrica permanece até dias atuais, apesar das tentativas de punição para esse tipo de comportamento.

Para conseguir convencer as meninas a cederem as suas investidas as promessas de casamento ou a oferta de ter um companheiro que lhe assumisse financeiramente, Maria Lucia declara que o seu deflorador não lhe fez promessas de casamento. “Perguntada se Manoel Sabino fizera-lhe/ promessas ou ameaças, respondeu que/ não” [f. 5r]. Enquanto Severiana assume que

Petronillo lhe fizera promessas de casamento. “[...] Severiana confessou que/ tinha sido Petronillo Abade de Lima na/ quele lugar lhe deflorado com promessas de/ casamento [...] [f.,6r]”. As promessas de casamento eram muito comuns nesses casos, principalmente quando já existia um envolvimento pessoal das partes tratadas, ou quando o deflorador pertencia a uma classe economicamente superior. Quanto a última hipótese levantada, o auto de Maria Lucia apresenta uma peculiaridade, segundo a testemunha Vitor Rodrigues dos Santos, amigo íntimo de Manoel Sabino, esse teria interesses materiais ao se aproximar da garota. “[...] o reo / cometera o crime com o fim de ca-/ zando-se com a offendida chamar / a sua posse uma casa pertencente / a menor offendida [...] [f. 22 v]”.

A família que prestava queixa deveria comprovar que era de condição social muito precária e por isso não teria como arcar com os custos do processo. Isso era comprovado com a procura nos livros da coletoria estadual. O pai de Severiana foi submetido a esse procedimento.

Ângelo Marcellino d’ Oliveira residente no lu/ gar denominado Lagoa do fumo nesta cidade que=/ rendo provar ser pobre pede que **Vossa Senhoria** mande cer=/ tificar ao pé d’esta se [o] **supplicante** acha-se lançado/ como contribuinte de algum imposto Federal/ e neste sentido. [f.8r]

Mas o ápice dessas denúncias e todo o contexto do período era a valorização excessiva da honra da mulher, a isso Caulfield chamou de himenolatria (2000, 218-9). Pois o hímen era o que a mulher tinha de mais puro em seu corpo e por isso deveria ser preservado a qualquer custo. Por trás desse discurso, além da preservação dos valores cristãos estava a higienização dos corpos e relações. Essa política defendia que o progresso estava diretamente ligado a conservação de um corpo sadio sem doenças e com a sexualidade devidamente controlada. Uma família constituída com membros sadios resultaria em uma sociedade com membros perfeitos, desde que estivessem com os pensamentos também higiênicos.

Outro passo do processo de defloração era o exame de corpo de delito, esse teria a função de comprovar que o ato sexual foi consumado. Esse procedimento era acompanhado de algumas perguntas:

- 1º Se houve defloração
- 2º Qual o meio empregado
- 3º Se houve cópula carnal
- 4º Se houve violência para fim libidinoso
- 5º Qual o meio empregado, se força física, se outros meios que privassem a mulher de suas faculdades e assim da possibilidade de resistir e defender-se.
- 6º Se podem determinar qual a época do defloração.

Os médicos que realizaram o exame de Maria Lucia atestaram o rompimento do hímen, porém não houve precisão do tempo de ruptura; quanto ao de Severiana os médicos conseguiram fazer uma previsão. “[...] finalmente concluímos por/ considerar o processo inflamatório / ainda em sua fase aguda datan/ do mais ou menos 25 dias [f. 12 v]”. Mas o resultado final, considerado o mais importante, foi que ambas já não eram virgens, portanto haviam violado os valores morais de uma mulher digna e estariam sujeitas ao julgamento moral dos santamarenses e feirenses.

O fim dos processos culmina na condenação dos acusados, Manoel Sabino de Ferreira, responsável pelo defloração de sua empregada doméstica, Maria Lucia, e Petronillo Abade de Lima, deflorador de Severiana. Esse não é um fato costumeiro nos casos de defloração, pois a maioria são arquivados ou o “réu” prefere casar-se com a moça, com o finalidade de ser perdoado pelo crime cometido. Talvez esse último dado não tenha sido efetuado pelos

respectivos acusados por não ter havido um maior envolvimento pessoal anterior ao defloramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das questões de gênero encontradas nos autos de defloramento de Maria Lucia e Severiana é notório como o processo de modernização do início da República importou da Europa uma política opressora e repressiva da sexualidade feminina, a qual obteve apoio de alguns membros da elite brasileira e encontrou na educação uma aliada de grande valor.

A análise de fontes primárias, o manuseio de documentos tão ricos em informações nos faz perceber como as permanências de valores como a virgindade feminina, a sexualidade, família e a educação ainda ecoam na mentalidade de uma geração que aparenta ter rompido padrões morais e sexuais. Um dos maiores avanços nesse sentido foram as novas discussões de gênero, as quais têm procurado investigar o cotidiano e retirar o estigma que durante muito tempo foi atribuído ao feminismo, a dicotomia homens x mulheres.

O feminismo veio questionar essa leitura hierarquizadora e excludente da política, informada pelo discurso médico masculino, que justificava com base em argumentos científicos a incapacidade física e moral das mulheres para a condução dos negócios da cidade. Mostrou como se opera a exclusão social das mulheres do mundo público, assim como o silenciamento e a desqualificação de seus temas e questões. Lutou e luta para que as mulheres se reconheçam como sujeitos políticos, cidadãs com deveres e direitos a serem reconhecidos e criados. Tem ampliado, portanto, o conceito de cidadania, propondo uma nova concepção da prática política, que se manifesta não apenas nos espaços permitidos e institucionalizados da política, mas na própria vida cotidiana. (RAGO, 2001,11)

REFERÊNCIAS

ANGELI, Daniela. Uma breve história das representações do corpo feminino na sociedade. In: **Revista Estudos Feministas**. vol.12 n.2 Florianópolis Maio/Agosto 2004. O corpo feminino em debate. MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). São Paulo: Ed. da UNESP, 2003. 222 p. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2004000200017&script=sci_arttext. Acesso em: 26/04/07

BARREIROS, Márcia Maria da Silva. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930**. UFBA. Mestrado em História. BA: Salvador, 1997.

CALEIRO, Regina Célia Lima. “O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana” In. **Unimontes Científica** V.4, n.2 - Julho/ Dezembro de 2002. Disponível em: [www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/Anexos artigos/ revista_v4n2/04%20dossie_o_positivismo.htm](http://www.unimontes.br/unimontescientifica/revistas/Anexos%20artigos/revista_v4n2/04%20dossie_o_positivismo.htm). Acesso em: 25/03/06.

CAULFIELD, Suean. **Em defesa da honra: moralidade, modernização e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas – SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

ESTEVES, Marta Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte", in **Os pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, XXXV, 1974, p. 335.

QUEIROZ, Rita de C. R. de. Preservar a Memória Baiana: A Edição de Documentos Manuscritos dos Séculos XVIII ao XX. In: **Scripta Philologica**. Nº 2. Feira de Santana, 2006, p. 41-55.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. In: **Cadernos AEL**, n. 3/4, 1995/1996. Disponível em: www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/margal.htm. Acesso em: 08/05/07.

_____, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. In: **São Paulo em Perspectiva**. v.15 n.3 São Paulo jul./set 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010288392001000300009&script=sci_arttext. Acesso em: 19/05/07.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. **Fogões, pratos e panela: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico**. Salvador 1900/1950. UFBA. Mestrado em História. BA: Salvador, 1998.